

DO MARCO LEGAL À SUSTENTABILIDADE COSTEIRA: A LPM DE 1831 NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS RESILIENTES

Autores:

João Victor Oliveira Da Silva | IF Baiano) | joaoagrimensura13@gmail.com

Artur Caldas Brandão | UFBA | acaldas@ufba.br

Milena de Araújo Limoeiro | IF Baiano | milena.limoeiro@ifbaiano.edu.br

ZONA COSTEIRA: IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

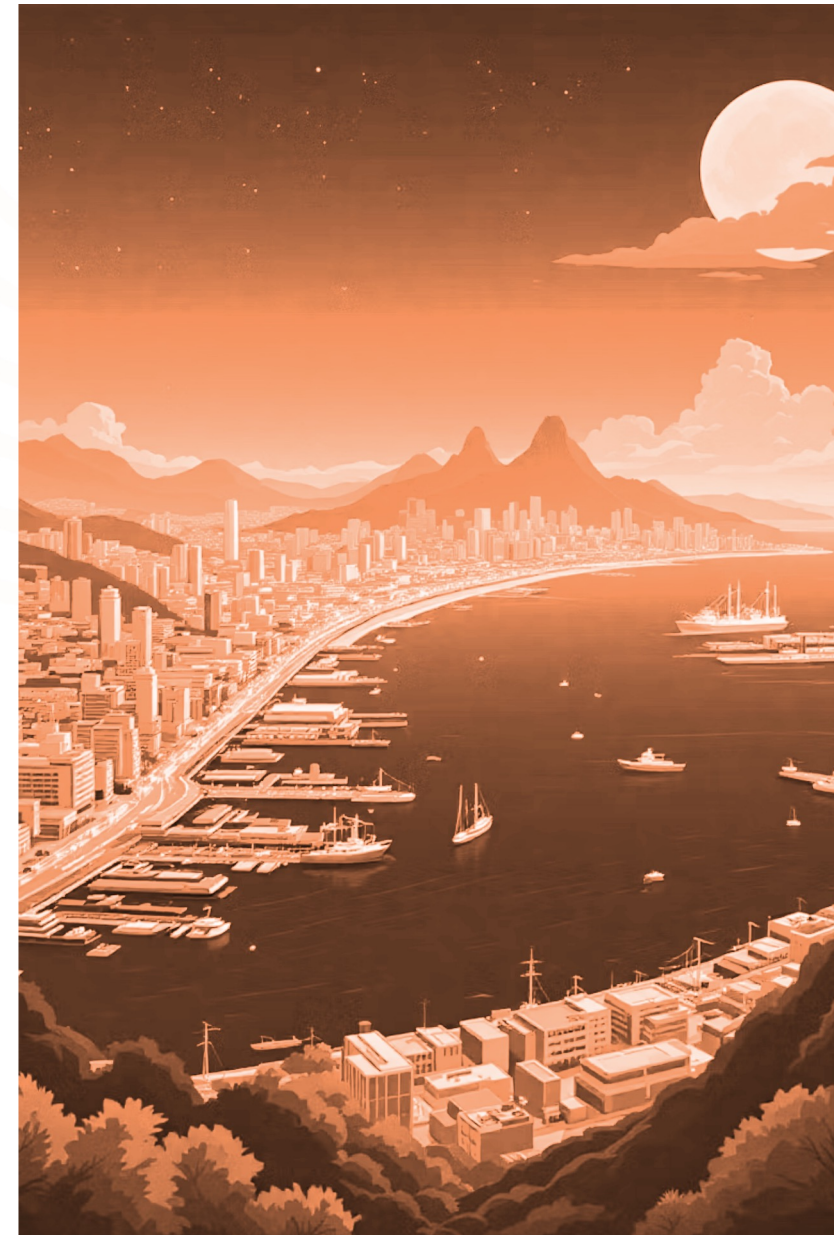
Concentração Populacional

Grande parte da população, infraestrutura urbana e atividades econômicas do país concentram-se no litoral.

Vulnerabilidades Crescentes

Pressões antrópicas, especulação imobiliária, erosão costeira e elevação do nível do mar ameaçam a sustentabilidade costeira.

A LPM de 1831 define os limites entre bens da União e propriedades particulares.



O MARCO LEGAL DA LINHA DO PREAMAR MÉDIO (LPM) DE 1831

Base Constitucional

Segundo a Constituição Federal de 1988, os terrenos de marinha são bens da União (art. 20, VII), caracterizados como a faixa de 33 metros contados horizontalmente a partir da LPM de 1831.



Gestão e Competência

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) estabelece procedimentos técnicos de demarcação, cobrança de taxas (foro, taxa de ocupação, laudêmio) e regulação do uso por particulares.

A PROBLEMÁTICA DA DEMARCAÇÃO DOS TERRENOS DE MARINHA

Complexidade Técnica

A demarcação exige precisão técnica, domínio da legislação, uso de dados históricos, georreferenciados, e com boa precisão e acurácia.

Dinamicidade Costeira

A legislação fixa o marco em 1831, mas a realidade natural é marcada por constantes mudanças morfodinâmicas intensificadas pelas alterações climáticas.

Metodologia Contestada

A metodologia da SPU é considerada inconsistente por pesquisadores. Há divergência entre procedimentos oficiais e métodos científicos defendidos pela comunidade acadêmica.

Marco fixo da
LPM de 1831

O PAPEL DOS TERRENOS DE MARINHA NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS COSTEIROS SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES

Proteção Ecológica

A LPM contribui para conservação de manguezais, restingas, dunas e estuários, ambientes com alta biodiversidade e funções ecológicas essenciais.

Adaptação Climática

As mudanças climáticas intensificam desafios. A resiliência territorial depende da integração entre regularização fundiária, proteção ambiental e políticas de adaptação.

De acordo com Valença (2009) a conservação dos terrenos de marinha deve ser defendida principalmente pela sua função como instrumento de preservação ambiental e promoção da sustentabilidade costeira, não apenas sob a ótica arrecadatória.

CONCLUSÕES



Revisão Metodológica

Atualizar práticas de demarcação com dados científicos validados e abordagem dinâmica que reflita condições ambientais atuais.



Integração Institucional

Promover colaboração entre SPU, academia e órgãos ambientais para maior legitimidade e segurança dos processos.



Equilíbrio Sustentável

Conciliar direito à propriedade, função social e preservação ambiental na construção de territórios costeiros resilientes.

CONSIDERAÇÕES FUTURAS

A adoção de uma concepção dinâmica para a LPM, ajustada periodicamente às variações naturais da linha de costa, poderia assegurar maior coerência entre legislação e realidade ambiental.

A construção de territórios resilientes nas zonas costeiras brasileiras depende de uma transformação profunda no planejamento, ocupação e governança do espaço litorâneo. A LPM de 1831 pode ser uma ponte entre o passado jurídico-institucional do país e os desafios ambientais do futuro.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela concessão da bolsa de pesquisa ao estudante
e ao IF Baiano pelo apoio ao projeto.



execução



patrocinadores



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

